



Sindicato dos Trabalhadores da USP

Boletim Nº 81- 12/11/2024 – Gestão Sempre na Luta Lutadores(as) e Piqueteiros(as) -2023/2025

ATO-VIGÍLIA

BUSP, JÁ!

PARA TODAS AS TERCEIRIZADAS

14/11 às 8h

EM FRENTE A REITORIA

**BASTA DE DISCRIMINAÇÃO: PELO DIREITO AO
BILHETE USP PARA QUE AS TERCEIRIZADAS
USEM GRATUITAMENTE OS CIRCULARES DA USP**

Há mais de uma década o transporte dentro da Universidade de São Paulo foi privatizado e passou a ser administrado pela SPTrans. Isso ocorreu como parte do processo de desmonte dos serviços públicos, do avanço da terceirização das atividades operacionais e da precarização do trabalho. Os ônibus circulares da USP (anteriormente operados por trabalhadores da Prefeitura) foram substituídos por ônibus da SPTrans restringindo o acesso ao circular, que antes era gratuito e irrestrito.

Como medida para garantir o transporte de professores, estudantes e trabalhadores efetivos, a Reitoria da USP fez uma parceria envolvendo

milhões de reais com a SPTrans para a inclusão de linhas circulares entre o terminal Butantã e o Portão 3 da Universidade. As consequências para a comunidade USP vêm sendo sentida ano após ano com o baixo número da frota e a superlotação dos pontos e dos ônibus. Mas, as mais afetadas com essa privatização do transporte interno na USP foram os trabalhadores terceirizados, que são em sua maioria mulheres negras. Elas, que trabalham durante anos, até décadas para que universidade possa manter suas atividades, sendo parte indissociável de tudo que é produzido aqui, de cada premiação ou lugar de destaque em rankings internacionais, são

segregadas, discriminadas dentro da Universidade que afirma, em seus pilares fundacionais, defender “defesa da “justiça, dignidade humana, solidariedade” pois não tem, entre os diversos direitos que lhes são negados pela USP, um direito elementar como andar nos ônibus circulares tal qual qualquer trabalhador efetivo, estudante ou professor.

Estimamos que existam mais de 5 mil trabalhadores terceirizados na USP e esse número aumenta todos os anos, pois a reitoria avança na extinção de funções e serviços, para entrega-los a fundações privadas. O número exato de trabalhadores e trabalhadoras nessas condições não é divulgado pela USP e é chamativo que sequer constem no Anuário Estatístico da USP como parte da demografia que compõe a comunidade universitária.

Para aqueles que a Reitoria considera como “comunidade interna” (estudantes, professores e trabalhadores efetivos), a USP desembolsou alguns milhões de reais, direcionados para a iniciativa privada, para garantir o tão conhecido BUSP, o bilhete que permite o acesso gratuito a estes ônibus circulares. Enquanto isso, multidões de mulheres e homens percorrem a pé, madrugada adentro, o campus universitário, sujeitos ao frio, chuva, assédio, esforço físico, gasto extra de tempo para poder trabalhar dentro desta universidade por salários baixos e extenuantes jornadas de trabalho.

O absurdo da terceirização se vê cotidianamente, no assédio e na exploração com que as trabalhadoras são tratadas; na falta de direitos básicos, como acesso à saúde, acesso à creche, acesso ao CEPEUSP, acesso à alimentação; vítimas recorrentes de empresas criminosas que atrasam os salários e benefícios e da omissão permanente da Reitoria e inúmeros Diretores de Unidades. A

malfadada escala 6x1, que hoje tem sido pauta graças a luta dos trabalhadores que denunciam a plenos pulmões a exploração capitalista que rouba a vida dos trabalhadores, o direito ao lazer, ao descanso, tem sua expressão dentro dos muros da USP, no trabalho exercido pelas terceirizadas.

É escandalosa a proibição de que essas trabalhadoras possam circular dentro da USP, na Universidade na qual trabalham, como qualquer outro estudante, trabalhador ou professor, sem ter que pagar por isso ou tendo que fazer longas caminhadas para poder chegar ao seu local de trabalho!

A reitoria que fala em tanto em diversidade, em inclusão e pertencimento, na prática, está excluindo e discriminando essas trabalhadoras ao negar o acesso ao BUSP (Bilhete USP) para que possam andar nos circulares gratuitamente.

Por isso fazemos um chamado a todas e todos da USP, professores, estudantes e funcionários, a estarem no dia 14 de novembro, a partir das 8h, em frente à reitoria, para impor ao Conselho Gestor do Campus da Capital que aprove, como parte do Plano Diretor, a demanda do BUSP para todas as trabalhadoras terceirizadas.

É fundamental a unidade entre estudantes, trabalhadores efetivos e terceirizados, professores para lutar em defesa do direito ao BUSP para as trabalhadoras terceirizadas, como parte da luta por iguais direitos e salários aos trabalhadores efetivos e rumo à efetivação de todos que já trabalham sem necessidade de concurso público. Chamamos o DCE, Centros Acadêmicos, a Adusp, APG, Núcleo de Consciência Negra e as agrupações e organizações políticas e movimentos sociais a comporem conosco a vigília como parte da campanha para garantir esse direito elementar a todas as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados.

**Assine o Manifesto contra a Terceirização e Precarização do Trabalho e pelo direito ao BUSP para as trabalhadoras terceirizadas através do link:
bit.ly/AssineContraPrecarizacao ou QR Code**

